



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Joicy Helena da Costa Pantoja¹

Luiza Silva Favacho²

Marcela Martins Maia³

Mayara Alves Azevedo⁴

Resumo: O artigo aborda o transcurso da sexualização e objetificação da mulher negra e seus reflexos na sociedade brasileira. Tendo como objetivo analisar e discutir alguns dos fatores que contribuem para a estigmatização desse indivíduo. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica, foi possível analisar distintos pontos de vista, para então compreender e refletir sobre esse processo.

Palavras-chave: estigma; mulher negra; sexualização; objetificação.

Abstract: The article addresses the transcourse of sexualization and objectification of the black woman and its reflections in the Brazilian society. Aiming to analyze and discuss some of the factors that contribute to the stigmatization of the individual. Using the bibliographic research method, it was possible to analyze distincts point of views, for then understand and reflect about this process.

Keywords: stigma; black woman; sexualization; objectification.

Introdução

Observa-se que, na sociedade brasileira contemporânea, a sexualização e objetificação de corpos femininos é uma problemática que ganhou muito destaque com o crescimento em grande proporção do movimento feminista. A questão é: quem são as mulheres mais atingidas com essa sexualização e objetificação de seus corpos?

Considerando que, na gênese do feminismo, houve a criação de uma demanda de luta homogênea que não levava em consideração as demandas específicas como as das mulheres negras, que sofrem com esse processo cruel desde a colonização brasileira, legitimado pelos estigmas criados através do viés

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail:< queen.joyce83@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail:< queen.joyce83@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail:< queen.joyce83@gmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail:< queen.joyce83@gmail.com>.

colonizador, e que se perpetuam até a atualidade, desvalorizando esses corpos e os colocando como apenas um objeto de satisfação sexual.

Sendo assim, é necessário pensar onde se estabelece hoje a discussão sobre a sexualização e objetificação dos corpos das mulheres negras. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir a respeito do processo de sexualização e objetificação das mulheres negras – que acontece no período colonial – e seus reflexos hodiernamente.

1. O estigma como agente legitimador da sexualização e objetificação da mulher negra

Na antiguidade clássica, procurava-se tornar visível qualquer ponto depreciativo sobre o *status* de quem se observava, como forma de aviso sobre o caráter do indivíduo. Desse modo, o colonialismo se favoreceu da subjetivação dos corpos, em particular da depreciação da pele negra como instrumento de dominação dos indivíduos através da criação de uma linguagem de relações (Goffman, 2008) que desvalorizassem seus traços físicos e sua cultura, justificando a opressão e a exploração desses indivíduos.

Para a compreensão efetiva da sexualização e da objetificação da mulher negra, é preciso analisar os fatores históricos e culturais, dentro do contexto brasileiro, que foram determinantes para que a mulher negra fosse estigmatizada. Segundo Goffman (2008, p. 7), entende-se por estigma "a situação do indivíduo que está impossibilitado para a aceitação social plena".

Este surge do contato proveniente das relações sociais que são estruturadas dentro de um determinado meio, e reforçado pelos aspectos culturais, de senso comum, levando em consideração o importante papel das ciências - e, por isso, diga-se o conhecimento produzido em determinado período - na formação e justificação de valores morais daquele contexto histórico. O determinismo biológico, por exemplo, era fundamentado por várias teorias que analisavam como as diferenças genéticas eram determinantes nas diferenças culturais (Laraia, 1986).

A partir desse contexto, a forma como se enxerga o corpo negro feminino vai se apresentar mais claramente através das relações sociais às quais esse indivíduo está submetido, pois se tratando de uma característica visível, a mulher

negra entra na categoria de desacreditada, uma vez que as relações sociais se baseiam em atributos visíveis para a formulação de uma primeira identidade social (Goffman, 2008), que carrega todas as expectativas – criadas culturalmente e difundidas socialmente – que se têm estereotipadas sobre a mulher negra.

Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (p. 15)

Isso se faz presente em todos os aspectos da vida desse indivíduo, pois, como explana o autor, o indivíduo estigmatizado duplica os esforços em atividades fechadas a pessoas como ele, e mais, qualquer ação exercida pelo mesmo, seja boa ou ruim, sempre estará ligada ao seu estigma. Ou seja, se esse indivíduo fizer algo bom, entra no pensamento de superação, para além do seu estigma, se for algo ruim, já era esperado por conta do mesmo, o que entra em outro ponto, ainda analisado pelo autor, que seria a forma como aqueles que não são portadores do estigma irão perceber o estigmatizado, o que se dará de três maneiras: agir como se o portador do estigma fosse melhor do que realmente é, em uma expectativa de amenizar o peso negativo que seus atributos carregam perante a sociedade, o que por Goffman (2008), é citado como ação social benevolente; agir de acordo com o que era esperado de acordo com seu estigma, e ainda atribuindo mais significados negativos a partir do estigma inicial; ou ignorar sua existência.

Nesse sentido, “a sociedade estabelece meios para categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (Goffman, 2008, p. 11). Dessa forma, é evidente que durante esse processo de categorização das pessoas, há também o processo de inferiorização destas, pois aqueles que não estão enquadrados nos atributos estabelecidos serão discriminados. Portanto, o estigma social é um meio de legitimar toda atitude de discriminação e preconceito efetuada por aqueles que não possuem o estigma, assim como foi feito com as mulheres

negras, onde estas foram culpabilizadas por toda a violência à qual foram submetidas.

É nesse contexto de colonização do Brasil, atrelado ao processo de escravização dos povos africanos e a inferiorização das suas culturas, que há a expansão do estigma, da sexualização e objetificação da mulher negra. Sendo assim, é evidente o quanto o pensamento europeu, perpetuado, no período da escravidão da população negra, vai contribuir para essa visão de inferioridade instaurada nas relações sociais. A visão que se tinha dessa mulher na época é bem sistematizada por Piza (1995, p. 57), que diz: "A mulher negra em sua forma estereotipada é um corpo a carne expressão do pecado que vai historicamente evoluindo para uma espécie de sexualidade patológica exacerbada incontrolável".

2. A história da sexualização e objetificação da mulher negra no período colonial brasileiro

A história sobre a sexualização e objetificação da mulher negra no Brasil não é algo hodierno. Essa história tem sua gênese no século XVI, a partir da década de 1570, quando se incentivou a importação de mulheres e homens africanos para escravizá-los e usá-los como mão de obra em atividades agrícolas (FAUSTO, 1996), uma história marcada por sofrimento e preconceitos, como pontua Brito

Obras clássicas produzidas durante a escravidão, como *A economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, do jesuíta Jorge Benci; *Cultura e opulência no Brasil*, de André João Antonil, e *A escravidão no Brasil*, de Perdigão Malheiro, entre outras, já desvelavam o perfil mercantil da produção colonial, as desumanas condições de trabalho e a violência presente no dia-a-dia de homens e mulheres escravizados. (BRITO, 2007, p. 112-113)

No entanto, as mulheres negras escravizadas foram designadas a funções que estavam para além do trabalho, como de proporcionar satisfação sexual ao seu senhor, "os portugueses também puderam exercer sobremaneira a dominação e exploração sexual sobre os colonizados – índias(os) e negras(os)" (FREITAS, 2011, p. 64), sendo assim essas mulheres foram vítimas de uma série de abusos, que eram justificados por teorias científicas, como Fausto observa

[...] teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. (FAUSTO, 1996, p.30)

As mulheres negras, mesmo consideradas não-humanas pela sociedade colonial, exerciam infundas funcionalidades, eram trabalhadoras de lavouras, amas-de-leite, mucamas, prostitutas, quituteiras, etc. Viviam em senzalas, casa-grande e centros urbanos, carregando consigo "bastardos" vindos de abusos sexuais de seus senhores (BERNARDI, 2013). A exploração, tanto a sexual quanto a do trabalho, em sua maioria ocorria dentro das casas grandes, como afirma Bernardi:

Nas casas-grandes, as atividades domésticas eram abundantes, e as mulheres brancas não participavam dos afazeres domésticos, buscavam, nas senzalas mulheres negras escravizadas para desenvolver o ofício, não somente na parte de arrumação, limpeza e cozinha, mas principalmente no cuidado com as crianças, desde amamentação até a idade adulta de meninos e meninas brancas. Às vezes companheiras, conselheiras, "quase mães". Se não bastasse, quando jovens, eram alvo do interesse sexual dos senhores, tornando-se amantes ou sofrendo violência sexual. Em outros casos, haviam casamentos Inter étnicos entre os grupos. É importante considerar que isto não livrava a mulher escravizada de situação de subalternidade, ainda, que muitas vezes, se produziu nova família. (BERNARDI, 2013, p.9-10)

É equivocado pensar que as mulheres negras aceitaram passivamente essa situação, muito pelo contrário, nesse contexto surgem várias formas de resistência, como pontua Fausto (1996), ao dizer que a resistência cotidiana fez parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Foi através dessa resistência que a população negra escravizada conseguiu a abolição do regime escravocrata vigente no Brasil por mais de trezentos anos. Contudo, a libertação não significou acesso à cidadania e nem a desconstrução dos preconceitos e estigmas criados ao longo de três séculos de escravidão. Nesse sentido "Estes, precisaram organizar movimentos de luta pela defesa de seus direitos, bem como contra os estereótipos, racismo e preconceitos que os vitimaram na sociedade de classe brasileira" (FAUSTO, 1996, p.66); sendo assim, a sexualização e objetificação do corpo da mulher negra do passado tem reflexos no presente.

3. Os reflexos do processo de sexualização no cotidiano das mulheres negras

A sexualização da mulher negra, presente na sociedade brasileira do período colonial até a atualidade, segundo Carneiro (1995), desenvolveu-se por meio de um processo de desvalorização estética e social que contribuiu para o olhar de inferioridade estereotipada da sociedade em relação a essas mulheres. Nessa perspectiva, se compreende que esse processo, ao qual as mulheres negras foram submetidas, culminou nas explorações físicas, verbais, sexuais e psicológicas.

Partindo dessa constatação, infere-se que as mulheres negras vivenciam a solidão, e diante disso, elas buscam construir a sua identidade de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade e reforçados diariamente pelos meios midiáticos. Como afirma Carneiro (1993, p.9), “essa identidade social será construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos”.

A sexualização da mulher negra, que vai contribuir para a solidão da mesma, ganha destaque durante o período da colonização, no qual elas foram vítimas de estupros pelos senhores de engenho, que justificam esse comportamento por meio de estigmas, como por exemplo, de que as mulheres negras eram promíscuas demais. De acordo com Davis, mediante esse estigma, por esse motivo os senhores de engenho não conseguiam controlar os seus desejos; tal situação é relatada pela autora no livro intitulado “Mulheres, raça e classe”.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (1981, p. 19).

A objetificação e a sexualização da mulher negra durante o período escravocrata refletem-se na sociedade contemporânea, por meio do racismo, sexismo e do machismo, que se estabelecem dentro das relações sociais, como canta Bia Ferreira na música “Não precisa ser Amélia”, a qual retrata o reflexo da sexualização e objetificação histórica sofrida por esta, o que, por sua vez ocasiona na problemática da solidão da mulher negra.

Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar
Dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar

O olhar de inferioridade com o qual a população negra é vista, em especial as mulheres, contribuirá para a sua atuação dentro da sociedade, tanto no mercado de trabalho, como em relações pessoais. As profissões nas quais as mulheres negras estão inseridas, são aquelas relacionadas a atividades domésticas, colocando em evidência a hierarquia social existente na sociedade, em que a mulher negra se encontra em última posição na pirâmide social, trabalhando e recebendo metade do salário que um homem branco recebe.

Compreende-se que durante o processo de colonização, a miscigenação ocorria através dos estupros dos homens brancos com as mulheres negras na condição de escravas nesse período. No contexto atual, a miscigenação irá ocorrer pelo fato de homens negros se relacionarem com as mulheres brancas com a justificativa de que essas são esteticamente mais bonitas, conforme Carneiro (1995, p.546), quando contesta as ideias de Joel Rufino no livro “Atrás do muro da noite: culturas afro-brasileiras” (1994) no qual esse autor compara a beleza da mulher negra a um fusca colocando-a como inferior em relação a mulher branca, que é comparada a carros Monza para justificar que essas são mais lindas e possuem um valor maior. Percebe-se que o autor utiliza ambas como objeto, entretanto a objetificação e a ridicularização da mulher negra é maior.

A exaltação da beleza da mulher branca tem a mesma função justificadora, nesse caso, da deserção de um determinado tipo de homem negro em relação ao seu grupo racial: sendo a mulher branca como Joel afirmar mais bonita e mais gostosa, este homem negro encontrar-se-ia “prisioneiro” da sedução das formas brancas, como os senhores de engenho seriam “cativos” da sexualidade transgressora de suas escravas negras nos espaços matrimoniais.

Essa subjugação da mulher negra como inferior às mulheres brancas que corroborou para a sua hipersexualização e para a solidão da mesma, na atualidade, é consequência do etnocentrismo, que, de acordo com Everaldo Rocha (1988, p.5), “é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado

como centro de tudo e de todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.”

Essa visão ainda se perpetua nos dias atuais, porque as mulheres negras são estereotipadas diariamente pela sociedade que impõem um padrão de beleza a ser seguido, como expõe Carneiro (1993, p. 11): “as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca”. Dessa forma, é evidente que a desvalorização da mulher negra tem ligação direta com o processo de sexualização e objetificação dos seus corpos.

Considerações Finais

A discussão da sexualização e objetificação da mulher negra abordada no presente artigo revela como o estigma funciona de forma a legitimar esse processo, que, com a ajuda do conhecimento científico produzido no período, tinha amparo para estruturar a identidade social que se tinha desse indivíduo no contexto colonial. Durante esse período, ratifica-se a ideia de que os corpos negros femininos devem ser dominados e explorados como mão de obra para o trabalho, consolidando também uma exploração sexual e psicológica, o que por sua vez, engendrou reflexos para as gerações posteriores à colonização.

Esses reflexos são destacados na música "Não precisa ser Amélia", quando a mesma retrata o processo de solidão da mulher negra, a subjugação no mercado de trabalho – no qual a mesma se encontra inserida em atividades inferiorizadas pela sociedade –, a desvalorização estética dos corpos negros femininos, além da violência sexual.

Nessa perspectiva, é necessário destacar a importância da discussão e estudos voltados para essa temática na sociedade brasileira, uma vez que esta sofre um processo histórico de invisibilização e que perdura de forma cruel na vida das mulheres negras desde os primórdios da colonização até o presente.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Marisa. A mulher negra na obra casa -grande e senzala de Gilberto Freyre e as relações cotidianas e de poder: experiência pedagógica com alunos da Formação Docente em Santo Antonio do Sudoeste, Paraná. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, v. 1, 2013. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_hist_artigo_marisa_bernardi.pdf. Acesso em: 15/05/19.

BRITO, E. J. da C; MALANDRINO, B. C. História e escravidão: cultura e religiosidade negras no Brasil – um levantamento bibliográfico. REVER – Revista de Estudos da Religião, v. 7, n. 4, p. 112-178, 2007. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/i_brito.pdf. Acesso em: 15/05/19.

CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. Cadernos Geledés, São Paulo, SP, n. 4, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 02/02/19.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e ascensão social. REF – Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>. Acesso em: 07/04/19.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Bia. Não precisa ser Amélia. São Paulo: Showlivre, 2018. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/bia-ferreira/nao-precisa-ser-amelia/>. Acesso em: 22/05/19.

FREITAS, M. de A. O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória e Cultura, v. 5, n. 9, p. 63-68, 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/1577/2710>. Acesso em: 15/05/19.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

PIZA, Edith. Da cor do pecado. REF – Revistas Estudos Feministas, v. 3, n. 1, p. 52-64, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16915/15476>. Acesso em: 24/03/19.

ROCHA, E. P. G. O que é etnocentrismo. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988